

O PETROLEIRO

JORNAL DO SINDICATO DOS PETROLEIROS DE MINAS GERAIS

EDIÇÃO XL - 26 DE OUTUBRO DE 2018

É PRECISO VENCER O ÓDIO E A MENTIRA



Veja nesta edição:

2 Editorial: Vencer a mentira para combater o ódio

3 "Ou vão para fora ou vão para a cadeia", diz Bolsonaro em discurso

3 O voto da mentira e o impacto das fake news



EDITORIAL

Vencer a mentira para combater o ódio

Um aspecto marcante das eleições de 2018 é, sem dúvida, o uso das chamadas *fake news*. Notícias falsas, viralizadas no sub-mundo das redes sociais, têm sido uma ferramenta eficaz na disputa política. A estratégia, entretanto, tem sido responsável por distorcer o processo eleitoral, especialmente por se valer de sistemas sofisticados de disseminação de (des)informação. Jair Bolsonaro (PSL), como já tem sido denunciado, é quem mais tem se utilizado dessa tática tão baixa, inundando as mídias sociais com mentiras deslavadas.

Se a mentira tem sido tão protagonista nessas eleições, é importante nos lembrarmos de outras tantas falácias e meias verdades disseminadas desde que nos metemos nessa crise. Desde 2013, temos sido bombardeados com uma insistente afirmação: “O PT acabou com o País”. O Partido dos Trabalhadores seria o responsável por todos os grandes males da nossa sociedade, seja por escândalos de corrupção “nunca vistos na história desse País”, seja por ter “quebrado” o Brasil com suas supostas más administrações. Como não lembrar da maior *fake news* dos últimos anos - “a Petrobrás está quebrada”?

Não podemos nos esquecer de que sofremos um golpe baseado em outra mentira: as tais “pedaladas fiscais”. Todo o processo do impeachment, aliás, não seria possível se não houvesse uma campanha diária de criminalização do PT, baseada em uma narrativa mentirosa e seletiva construída pela Operação Lava Jato. As delações premiadas, por muitas vezes sem provas, sustentaram mentiras que, de tanto faladas, parecem ter se tornado verdade no imaginário popular brasileiro. Por fim, o tal “comandante” dessa “organização criminosa”, alvo de *fake news* desde a década de 1970, foi preso por outra mentira: o triplex do Guarujá.

O que nos parece é que as elites políticas e econômicas do País, após 4 derrotas nas urnas, tiveram de apelar para a demonização insistente e caluniosa sobre o partido que buscou dar um sopro de dignidade para o povo brasileiro. Entretanto, depois de anos semeando a mentira e a alucinação antipetista, esses setores acabaram colhendo o ódio, personalizado na figura autoritária e repugnante de Bolsonaro.

Hoje, à beira do abismo, aqueles que colaboraram ou se omitiram diante de uma escalada de ódio em nossa sociedade insistem em outra *fake news*: “as instituições estão funcionando normalmente”. Nossa missão nesse próximo domingo é, apesar dos covardes, seguir lutando para que a nossa democracia não se transforme, de novo, em uma grande mentira.

INFORMES

Sindipetro/MG promove palestra “Alternativas ao equacionamento do PP-1”

No dia 16 de outubro, o Sindipetro/MG recebeu o ex-diretor da Petros e integrante do Sindipetro Unificado de São Paulo, Danilo Silva, para uma palestra sobre alternativas ao equacionamento do déficit do PP-1. No encontro, Danilo apresentou à categoria mineira os itens da proposta construída pelos representantes dos trabalhadores no Grupo de Trabalho da Petros. Essa proposta já havia sido apresentada e aprovada pelos petroleiros durante a VI Plenária Nacional da FUP (PlenaFUP), realizada entre 1º e 5 de agosto deste ano, no Rio de Janeiro. Também foi apresentada à direção da Petros e da da Previc (Superintendência Nacional de Previdência Complementar).

A proposta busca uma forma mais justa para o equacionamento do déficit, de modo a impactar menos os beneficiários e assistidos do PP-1. Atualmente, a cobrança das contribuições extraordinárias em Minas Gerais estão suspensas graças a uma liminar obtida pelo Sindipetro/MG - que considera injusto o equacionamento pelo teto, aprovado pela Petros e imposto aos trabalhadores.

Ato pela democracia leva milhares às ruas de BH

No último sábado (20), milhares de pessoas saíram às ruas do centro de Belo Horizonte em ato contra o candidato à Presidência, Jair Bolsonaro (PSL) e em favor da democracia. Esse foi o segundo protesto convocado em na capital mineira em torno do mote #EleNão. O ato foi organizado pela Frente Brasil Popular de Minas Gerais, 42 blocos de carnaval e outras 16 organizações sociais.



CALENDÁRIO 2018

OUTUBRO

26: Cultura na Sexta: Especial Não Passarão, a partir de 18h, no Armazém do Campo (Av. Augusto de Lima, 2136, Barro Preto - Belo Horizonte);

27: Feira da Reforma Agrária, na Ocupação Pátria Livre (Rua Pedro Lessa, 435, Pedreira Prado Lopes - Belo Horizonte);

28: Segundo Turno Eleições 2018;

Diretoria Colegiada: Alas Castro, Alexandre Finamori, Aluizio Castro, Anselmo Braga, Carlos Roberto, Cristiane Reis, Cristiano Almeida, Edson Ferreira, Eduardo de Sousa, Felipe Pinheiro, Joaquim Monteiro, Julionor Quintela, Leopoldino Martins, Letícia Staela, Márcia Nazaré, Edna Vieira, Orlando Carlos, Osvalmir de Almeida, Paulo Valamiel, Ronaldo Marques, Salvador Cantão, Thiago Marinho, Vinícius Costa e Wender Destro.

Redação, revisão e diagramação: Nathália Barreto - 3426/ES e Thais Mota - 15616/MG

Av. Barbacena, 242 - Bairro Barro Preto - Belo Horizonte/MG - CEP: 30.190-130 - Tel.: (31) 2515-5555 - Fax (31) 2535-3535.

www.sindipetromg.org.br - sindipetromg@sindipetromg.org.br



"OU VÃO PARA FORA OU VÃO PARA A CADEIA", DIZ BOLSONARO SOBRE OPOSITORES

"Vamos varrer do mapa esses bandidos vermelhos do Brasil. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão para fora ou vão para a cadeia". Essa frase foi dita pelo candidato à Presidência da República, Jair Bolsonaro (PSL), em um discurso exibido no último domingo (21), na Avenida Paulista, em São Paulo.

A frase é uma reedição do "Ame ou Deixe-o", slogan utilizado durante a ditadura militar no Brasil, onde opositores do regime foram presos, torturados, sequestrados, exilados e até mortos. Apesar da gravidade da declaração, ela não foi repercutida pela mídia tradicional. Também não houve sequer uma manifestação das instituições de poder ou da Justiça - bem como não houve qualquer retaliação quando o candidato disse em outro comício no Acre: "vamos fuzilar a petralhada" (em alusão aos eleitores do PT e aos filiados ao partido).

Seundo o ex-diretor do Sindipetro/MG, Getúlio Fioravanti, que trabalhou na Petrobrás durante o período da ditadura, a reedição dessa frase é assustadora. "Naquela época, o slogan "Brasil, ame-o ou deixe-o" significava concordar e aceitar o que nos impunham os ditadores. Não era amar o Brasil, era amar o projeto de País imposto pelos militares. Achávamos que esse tempo estava morto e enterrado. Mas, não. Agora, um candidato da extrema direita volta a ameaçar qualquer dissidência.

Também o advogado e professor de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Thiago Coacci, repudia a fala de Bolsonaro. "Tais declarações não são aceitáveis dentro de um regime democrático e nossas instituições, especialmente o TSE [Tribunal Superior Eleitoral] e o STF [Supremo Tribunal Federal] deveriam controlar isso para evitar esse discurso antiinstitucional".

Ainda segundo o professor, o dis-

curso de ódio está muito presente nas eleições e é bastante grave, já que interfere inclusive na institucionalidade. "Esse discurso de ódio tem sido muito utilizado reforçar que as instituições não servem para nada e, com isso, tentar desestabilizar a democracia". Ele explicou ainda que a democracia pode ser entendida a partir de um pacote mínimo de direitos que, entre outras coisas, garantam que a eleição de um líder seja livre e justa.

Mas, esses direitos só são garantidos por instituições fortes. "Se forem respeitadas, independentes e fortes, as instituições conseguem lidar com situações de ameaça à democracia e assegurar aos direitos dos cidadãos. Porém, se não temos um Ministério Público (MP), um Legislativo e um Judiciário fortes, que garantia eu tenho que de estou numa democracia e de terei meus direitos respeitados"?

Ele alertou ainda para o fato de que, independentemente do resultado das eleições, a onda de ódio não desaparecerá imediatamente e pode até se agravar. "Meu medo é do que esse discurso de ódio pode legitimar as pessoas a fazerem nas ruas".



SINDIPETRO/MG REPUDIA AÇÃO DA JUSTIÇA ELEITORAL NO SINDIPETRO-NF

O Sindipetro/MG repudia a ação truculenta do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Rio no último sábado (20) na sede do Sindipetro Norte Fluminense, em Macaé (RJ).

Fiscais do TRE estiveram na entidade em dia e horário em que não há expediente e apreenderam exemplares do jornal Brasil de Fato e do Boletim Nascente - periódico semanal do sindicato distribuído há mais de 20 anos para a categoria.

Além disso, antes que os diretores do sindicato fossem acionados para franquear o acesso dos fiscais

ao prédio, o funcionário que os recebeu alegou que os mesmos tentaram pular a grade externa e ameaçaram, inclusive, de atirar no local.

Já na segunda-feira (22), Sindipetro-NF voltou a ser alvo de fiscalização da Justiça Eleitoral. Desta vez, os agentes estiveram na sede de Campos dos Goytacazes (RJ), onde de posse de um mandado de busca e apreensão, baseado em denúncia de que haveria material de propaganda em favor do candidato à Presidência, Fernando Haddad, percorreram as instalações dos dois prédios que compõem a sede.

Nenhum material de campanha eleitoral foi encontrado.

Em nota, o Sindipetro-NF informou que "as atuações da Justiça Eleitoral na entidade são fruto de um ambiente político autoritário, que busca criminalizar os movimentos sociais", posição compartilhada pelo Sindipetro/MG que se solidariza à entidade.

Por considerar que houve atentado contra a liberdade de expressão, o Sindipetro-NF entrou com medida judicial pela devolução dos jornais apreendidos em Macaé.



MENTIRA PREJUDICA ELEIÇÃO

Um fator muito presente nestas eleições é a questão das *fake news*, ou seja, notícias falsas compartilhadas, especialmente, em redes sociais. A situação tem desafiado autoridades e especialistas porque a disseminação de informações falsas podem interferir de forma irreversível no resultado do processo eleitoral.

Um levantamento recente realizado pelos professores Pablo Ortellado (USP), Fabrício Benvenuto (UFMG) e pela agência de checagem de fatos Lupa em 347 grupos de WhatsApp encontrou, entre as imagens mais compartilhadas, apenas 8% podendo ser classificadas como verdadeiras. O estudo buscou analisar o fenômeno da desinformação e das mensagens falsas em grupos na plataforma, que vem sendo apontada como principal espaço de disseminação desse tipo de conteúdo. A pesquisa ocorreu entre os dias 16 de setembro de 7 de outubro, ou seja, em boa parte do 1º turno.

Na semana passada, uma reportagem da Folha de São Paulo denunciou que empresas em apoio à campanha de Jair Bolsonaro (PSL) estariam comprando pacotes de disparos de mensagens em massa contra o PT no WhatsApp - o que é considerado caixa 2, uma vez que o Brasil aboliu o financiamento empresarial de campanhas eleitorais. Essa denúncia colocou ainda mais em evidência o uso de notícias falsas durante a campanha.

Na tentativa de combater as propagação de *fake news*, a Justiça Eleitoral já mandou o Facebook retirar do ar 33 notícias mentirosas sobre Manuela D'Ávila (PCdoB), candidata a vice-presidência na chapa de Fernando Haddad (PT). Também determinou a remoção de vídeos em que o candidato Jair Bolsonaro aparece criticando a suposta distribuição de um livro destinado a crianças com imagens de cunho sexual a escolas públicas - chamado por ele de 'kit gay' e que, na verdade, nunca existiu.

O ministro do Tribunal Superior



Manuela D'Ávila (PCdoB) foi alvo de inúmeras notícias falsas, inclusive uma montagem em que ela aparece usando uma camisa onde se lê: Jesus é Travesti

Eleitoral (TSE), Carlos Horbach, também ordenou a retirada de uma publicação em que o candidato do PT é associado a uma suposta estratégia de disseminação de notícias inverídicas sobre Bolsonaro. Determinou ainda que o vereador Carlos Bolsonaro (PSL-RJ), filho de Jair Bolsonaro, apagassem de suas redes sociais conteúdo falso publicado sobre Fernando Haddad, sugerindo que, se eleito, o candidato libertaria o ex-presidente Lula.

Inúmeras notícias falsas sobre a segurança das urnas eletrônicas também foram divulgadas e desmentidas pelo TSE, que inclusive desenvolveu uma página em seu site exclusivamente para esclarecer eleitores sobre o que é fato e o que é *fake*. Também há várias agências de checagem de notícias que integram o Conselho Consultivo sobre Internet e Eleições, juntamente com o TSE, e que são fontes importantes para checar as notícias sobre as eleições e os candidatos, como: Fato ou Fake, Agência Lupa, Aos fatos, Boatos.org, E-farsas, entre outros. Por isso, antes de assumir uma informação como verdade e compartilhar, cheque.

SINDIPETRO/MG CONTESTA PEDIDO DA PETROBRÁS DE DISPENSA DE PETROLEIROS NAS ELEIÇÕES

O Sindipetro/MG contesta a postura da Petrobrás ao solicitar junto à Justiça Eleitoral a dispensa de petroleiros da Regap do trabalho nas eleições no 2º turno - no dia 28 de outubro.

Além de ferir o direito do cidadão de participar do processo eleitoral não apenas como eleitor mas como colaborador, a alegação da empresa para o pedido de dispensa é puramente econômica.

Inicialmente, a estatal alegou risco à operação da unidade. No entanto, quando o trabalhador não é rendido por outro ele dobra - o que garante que as equipes não trabalhem desfalçadas. Inclusive, essas dobras são constantes na Regap em razão da redução do número de pessoal por meio de sucessivos PIDV's promovidos pela atual gestão - motivo também apresentado pela companhia no documento enviado ao Tribunal Regional Eleitoral.

Além disso, ainda que o argumento fosse crível, a gerência da

Regap poderia montar uma escala de modo a cobrir as faltas geradas pelo trabalho nas eleições ou acionar sua equipe de contingência.

No entanto, no documento, a própria Petrobrás admite que a razão para o pedido de dispensa é que a participação de seus funcionários no processo eleitoral gerará custo à empresa em razão do pagamento de horas extras - tanto no dia da eleição quanto em razão das folgas de direito garantidas pela Justiça Eleitoral aos convocados e voluntários. Esse é um motivo puramente econômico e que não pode se sobressair ao direito do trabalhador de participar do processo eleitoral. A Petrobrás, inclusive, pediu a dispensa de empregados que não estão escalados para trabalhar no próximo domingo (28).

Diante disso, o Sindipetro/MG vai notificar a Justiça Eleitoral para desmentir os argumentos da empresa e tentar impedir ou reverter as dispensas já autorizadas.